

Setur contribui para desenvolvimento do turismo comunitário na Bahia **Notícias**

Postado em: 17/12/2020 10:12

Previsto na lei estadual 14.126, o comitê deve reunir organizações representativas da sociedade civil, das instituições públicas educacionais, do Governo Estadual e da iniciativa privada.

A formação nos próximos meses do comitê do turismo comunitário na Bahia foi discutida por lideranças e equipe técnica da Secretaria de Turismo do Estado (Setur) nesta quarta-feira (16). Previsto na lei estadual 14.126, o comitê deve reunir organizações representativas da sociedade civil, das instituições públicas educacionais, do Governo Estadual e da iniciativa privada. Um planejamento e o estabelecimento de metas para inclusão no próximo Plano Plurianual (PPA) do governo baiano, em 2023, também estão em discussão na Setur, que tem o papel de orientar e fomentar a atividade turística nas comunidades, bem como a aplicação das políticas de incentivo e das recomendações em caráter educativo. De acordo com a legislação, o turismo de base comunitária pode ser praticado na Bahia em áreas indígenas, quilombolas, vilas de pescadores, unidades de conservação, favelas e terreiros, dentre outros grupos que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. "Temos o importante papel de articulação para o desenvolvimento desta modalidade de turismo, que já tem em curso iniciativas de sucesso, a exemplo da Rota da Liberdade, em Cachoeira, onde o visitante pode experimentar um pouco da vida, costumes e cultura de comunidades quilombolas do Recôncavo baiano", exemplifica Divaldo Borges, diretor de Regulação e Certificação de Serviços Turísticos da Setur. Turismo sustentável - Uma das lideranças da rede Batuc - Turismo Comunitário da Bahia em Movimento, Aline Bispo explica que este é um modelo de gestão da oferta de experiências turísticas calcado em aspectos singulares de cada comunidade e também voltado para a sustentabilidade, seja do ponto de vista ambiental ou econômico, com a geração de renda para a população local. "Já temos a lei e queremos que ela se torne uma política pública", disse a turismóloga, referindo-se à Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia (lei estadual 14.126). A rede apoia a articulação, capacitação e comercialização de 38 empreendimentos de turismo comunitário da Bahia envolvendo formas do turismo sustentável como religioso, étnico, de lazer, cultural, gastronômico e ecológico. Este ano, a iniciativa, criada em 2015, conquistou o primeiro lugar no Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da organização não governamental Ashoka. Na terceira posição ficou o projeto Turismo CO2 Legal - Guardiões do Clima, também da Bahia, que busca engajar o segmento turístico e os turistas na compensação de emissões de gases de efeito estufa geradas por suas atividades e viagens. Cerca de 200 iniciativas de todo Brasil concorreram.